

EDITORIAL

"ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL: 30 ANOS DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL E A IMPORTÂNCIA DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS NA LUTA CONTRA A BARBÁRIE"

Noêmia de Fátima Silva Lopes¹
Diego Tabosa da Silva²

A sociedade capitalista é marcada por relações sociais de exploração de classe, fortalecida pelo processo de alienação, inerente ao sistema vigente. Essas mesmas relações também evidenciam um cotidiano permeado por princípios morais conservadores, os quais alimentam e naturalizam o conformismo e as contradições, tais como a fome, a miséria, o empobrecimento da classe trabalhadora e as violências. Em outros termos e como afirma Mézáros (2006), expõem ostensivamente uma nítida barbárie, que tem encontrado ressonância na sociedade contemporânea com o avanço da direita reacionária.

Resultante deste cenário, surgem manifestações espantosas de anti-intelectualismo, falso patriotismo, negacionismo da ciência/aversão ao conhecimento científico e ódio às minorias estão no palco. Esta dinâmica sociopolítica e ideológica conjuga com a negação da política como espaço de participação coletiva e uma profunda despolitização da sociedade, não como resultado efêmero, mas como parte de um projeto em curso. Deste modo, o *ethos* individualista é estimulado na sociedade burguesa, e a "questão social"

¹Assistente Social. Graduação em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Caratinga/MG - FIC. Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa/MG - UFV. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Departamento de Política e Ciências Sociais). Pesquisadora/membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social - GEPSS/UNIMONTES. Diretora da Seccional Montes Claros- CRESS/MG triênio 2020-2023. Editora Adjunta da *Revista Serviço Social em Perspectiva*. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4319-109X>. lattes: <http://lattes.cnpq.br/6595668110015755>. E-mail: noemiaunimontes@gmail.com

²Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Departamento de Política e Ciências Sociais). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social - GEPSS/UNIMONTES. Editor Chefe da *Revista Serviço Social em Perspectiva*. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8589-109X>. E-mail: diego.silva@unimontes.br

continua sendo um caso de polícia, e não um problema de política pública (Iamamoto, 2014; Netto, 2011).

A partir do elucidado, cabe observar que há uma conjunção entre os fatos, em que a "questão social" permanece sendo tratada no campo da moral, remetendo-nos à sua psicologização e naturalização histórica (Santos 2012; Netto, 2011). Este quadro nos faz testemunhar as incontáveis e revoltantes cenas de: criminalização dos pobres, extermínio da população negra, indígena, da comunidade LGBTQIAPN+, além de uma política higienista com os migrantes e com a população em situação de rua. Estamos nos referindo às minorias que constituem a maioria da população brasileira, que são afetadas diretamente pelo cerceamento dos seus direitos, uma violência praticada pelo próprio Estado, intensificando as mazelas sociais. Contudo, é nesta esfera excêntrica que mediações devem ser produzidas, resignificando o cotidiano que se apresenta como campo de alienação, que, ao mesmo tempo, deve ser campo de transformação (Pontes, 2016).

Todavia, a direção apresentada pressupõe superar a dimensão da singularidade, carregada de práticas e intervenções imediatas, respostas incipientes a questões complexas, de preconceitos e intolerâncias de toda natureza. Embora materializar esta superação dependa de uma concepção crítico-dialética dos sujeitos coletivos, sobre o contexto social em que estão inseridos, apenas nesta direção a práxis emancipatória poderá ser desenvolvida (Barroco, 2008).

De outro modo, não seremos capazes de construir interlocuções necessárias para compreender a essência da genericidade humana, a sua centralidade e as estruturas que ancoram a sociedade atual (Netto, 2011). Notadamente, uma sociedade que figura contradições imensuráveis é produtora e reprodutora da "questão social" e suas expressões, perpetuadas pela hegemonia do capital.

A "questão social" é apreendida como objeto de trabalho do Serviço Social. A partir de então, a profissão em sua trajetória sócio-histórica e "apoiada no método crítico de Marx [...] cria possibilidades de superação do seu *ethos* de origem" (Barroco, 2008, p.16). A partir desta premissa, o Serviço Social faz opção pela defesa da liberdade como princípio incomensurável da ética emancipatória, suplantando a direção conservadora da gênese da profissão.

A maturidade do Serviço Social encontra-se em permanente construção, foi adquirida no processo de acúmulo das experiências e disputas na trajetória sócio-histórica

profissional, em especial no movimento de intenção de ruptura com o Serviço Social clássico conservador (Netto, 2011).

Importante destacar que a aproximação com a teoria crítica marxista permitiu o imprescindível posicionamento crítico de uma realidade contraditória, tensionada pelas desigualdades, cerne da "questão social" (Netto, 2011; Iamamoto, 2014). A história experienciada no bojo das relações sociais provocou um novo engendramento nos rumos da profissão. A partir do momento em que há uma apropriação de categorias da teoria social crítica pela profissão, o arcabouço teórico do serviço social se desenvolve, se revela e se materializa.

Foi nesta trajetória que a compreensão da profissão sobre a dinâmica da sociedade capitalista e das relações sociais de trabalho foi sendo problematizada em suas fontes, constituídas e direcionadas pelas dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A análise de determinadas categorias e objetos (estudos) inseridos no contexto sócio-histórico, político, ideológico e econômico suscitou no Serviço Social maior capacidade de enfrentamento das expressões da "questão social" e, ao mesmo tempo, fortaleceu e qualificou a luta da categoria ao lado das lutas da classe trabalhadora (Mota, 2019).

Inicialmente, a dedicação e compromisso teórico-metodológico e ético-político de assistentes sociais, com o fim de alcançar o objetivo de construir um pensamento novo a partir do método marxista, foram apresentados por diferentes autores(as) de abordagem teórico crítica. Profissionais fundamentais para a nossa formação e trabalho profissional, afinal, pesquisam e produzem conhecimento sobre o Serviço Social e suas relações na sociedade, além de diversos temas que hoje abarcam os objetos de estudo, produção e difusão de ideias nas diversas áreas do conhecimento.

Este percurso sócio-histórico percorrido pela profissão até aqui resultou no que hoje apreendemos, defendemos e exercemos no Serviço Social crítico contemporâneo. A orientação perpassa pela Lei que regulamenta a profissão de Assistente Social no Brasil, Lei nº 8662 de 1993, com todas as suas normativas e o Código de Ética da(o) Assistente Social vigente (Resolução CFESS nº 273 de 1993), que apresenta princípios éticos fundamentais que balizam o projeto ético político do Serviço Social, construído coletivamente em sua trajetória.

Neste ano de 2023, comemoramos 30 anos do Código de Ética do(a) Assistente Social e da promulgação da Lei 8662/93. São três décadas de lutas, resistências e disputas sobre a própria concepção de profissão. Nesse sentido, somos convocadas a permanecer nesse processo em permanente construção, de um Serviço Social que corrobora com a defesa da justiça social, da dignidade e da negação de qualquer ameaça que possa afetar a genericidade humana.

A relevância e defesa dos princípios éticos fundamentais, na luta contra a barbárie instituída, se manifestam em nossas ações coletivas, nas organizações e movimentos de classe, da categoria profissional, no cotidiano do trabalho e em todas as relações produzidas socialmente.

Dito isto, entendemos que é o projeto ético-político que nos impulsiona na direção desta construção, em que, cada vez mais, urge a transformação social. Sim, concordamos que *"um outro mundo é possível"* e, para erguer este projeto, destacamos os princípios éticos fundamentais, os quais se mostram basilares na composição e orientação do trabalho profissional do Serviço Social.

Contudo, a fim de que a profissão exerça a práxis emancipatória e assuma o compromisso com a consolidação de uma nova ordem societária, torna-se fundamental o:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2023).

É importante notar que os princípios éticos fundamentais abrangem o projeto de sociedade que defendemos. Não podemos compreendê-los apenas como uma normativa a ser cumprida no campo da legalidade, e, tampouco, transformar o código de ética em um instrumento rígido de imposição da nossa moralidade. Mas, sim, como nossa posição ético-política, construída coletivamente, e que nos orienta à proposição de um novo plano societário.

Foi nesta direção, que o volume 7, número 2, da *Revista Serviço Social em Perspectiva*, propôs a problematização do tema "*Ética e Serviço Social: 30 anos do código de ética profissional e a importância dos princípios fundamentais na luta contra a barbárie*". Esta edição foi organizada e distribuída em seção temática, seção livre, relato de experiência e resenha. Deste modo, entregamos às nossas leitoras e leitores dezesseis textos, sendo sete artigos temáticos, sete artigos livres, um relato de experiência e uma resenha.

A seção temática inicia com o artigo "**Fundamentos sócio-históricos da ética e os desafios para o projeto ético-político do Serviço Social**", de autoria de José Carlos do Amaral Junior e Caroline Becher. "O artigo discute os fundamentos sócio-históricos da ética para o Serviço Social e de que maneira eles podem elucidar as possibilidades e limitações de efetivação do Projeto Ético-Político da categoria. Apresenta em seus resultados uma constantemente ameaçada com as transformações da dinâmica do capital, que, entre muitas contradições, também gestam aquelas que afetam diretamente a categoria e seus espaços sócio-ocupacionais".

Na sequência, o artigo com o tema "**Os dilemas contemporâneos da formação e do trabalho profissional: a dicotomia entre o Conservadorismo e o Projeto Ético-Político do Serviço Social**", das autoras: Adriana Giaqueto Jacinto, Ana Cristina de Carvalho Sales Toledo, Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni, Bruna Pereira Caetano e do autor Warles Rodrigues Almeida. "Esse artigo faz uma análise acerca dos dilemas contemporâneos que perpassam o Serviço Social brasileiro, no âmbito da formação e do trabalho profissional. Deste modo, abordaram um debate sobre a dicotomia existente entre o que é exigido do(a) Assistente Social nos espaços ocupacionais em que se insere, e o que

preconiza seu Projeto Ético-Político hegemônico, que hasteia a defesa intransigente dos direitos humanos.”

O artigo resultado da pesquisa apresenta o título **“A produção de conhecimento sobre a ética e a ética profissional na pós-graduação em serviço social na contemporaneidade”**, das autoras Mônica Barros da Nóbrega e Sáslya Gonçalves de Lima, que elaboram “um estudo sobre a produção de conhecimento na atualidade, no que toca à ética e à ética profissional nos programas de pós-graduação em Serviço Social do Brasil. Pretendem com o estudo, fomentar a discussão acerca do tema exposto, por acreditarem ser fundamental, principalmente no atual contexto de agudização do conservadorismo societal, com fortes repercussões para a profissão”.

Na sequência, **“Reflexões críticas sobre democracia e liberdade como princípios no Código de Ética Do Serviço Social”**, título do artigo produzido pelas autoras Valéria Cristina Gomes de Castro e Mariana Figueiredo de Castro Pereira. “O artigo foi elaborado acerca dos princípios éticos da *democracia* e da *liberdade*, como elementos que norteiam este código, à luz da perspectiva marxista. Apresentam as questões que nortearam a construção do código, as quais permanecem atuais com os rumos da categoria e da formação crítica, principalmente no enfrentamento dos valores do neoconservadorismo. E apontam que a luta de movimentos sociais de populações vulnerabilizadas demonstra que a força histórica da classe trabalhadora permanece viva diante de diferentes formas de opressão”.

A proposta do artigo **“Determinações reflexivas entre capitalismo, colonialismo e racismo: aspectos para pensar a permanência escolar em consonância com os princípios fundamentais da ética profissional do Serviço Social”**, das autoras Carola Carbajal Arregui, Helyene Rose Cruz Silva, Juliana Fernanda da Silva e Thais Ribeiro Esteves, “tece reflexões teórico-críticas a respeito das determinações do capitalismo, racismo e colonialismo na dimensão da permanência estudantil, a partir da experiência como assistentes sociais no espaço sócio-ocupacional da política de educação. Recorrem às contribuições fundamentais de Deivison Faustino, que se embasa no pensamento de Frantz Fanon para pensar a escola ‘branca’, eurocêntrica-colonial, como instrumento de quebra da noção de sujeito genérico e desafio para a permanência das(os) estudantes negras(os), o que impõe por exigência uma política de educação essencialmente antirracista, em consonância com os princípios fundamentais do Código de Ética da(do) Assistente Social”.

A autora Rizieri Buzzat apresenta o artigo com o tema **“Saúde mental, a clínica de cuidados e promoção de vida: O Olhar às pessoas em crise dentro da dimensão ético-política do Serviço Social. Que fazer é esse?”**, informando que, “por meio de uma análise histórica e da prática do fazer profissional em um determinado espaço sócio ocupacional, este trabalho busca construir considerações e reflexões de crise em saúde mental, indicando possibilidades analíticas e interventivas para o manejo por intermédio do acolhimento e escuta e a intervenção crítica da/do assistente social, enquanto agente potencializador de cuidado dentro dos desafios contemporâneos. Ao mesmo tempo disparando inquietações sobre esse fazer, dentro de uma perspectiva histórica abarcada pelo modo de produção capitalista e atuais impactos a qual vivemos e sobrevivemos”.

O último artigo da seção temática possui o título **“Ética e Serviço Social na luta contra ao preconceito contra a população em situação de rua”**, de autoria de Patrícia Fraga, Larissa de Souza e Cyntia de Oliveira Nogueira Bastos, e “objetiva incitar o debate a respeito da atuação profissional do Serviço Social junto ao fenômeno social urbano da população em situação de rua no contexto do capitalismo ocidental, com enfoque na luta contra o preconceito e a estigmatização. Para tanto, parte dos princípios do Código de Ética profissional e, a partir desses, busca estabelecer mediações entre os conceitos de preconceito e estigma social e a discussão sobre os entraves ao acesso da população em situação de rua a direitos sociais e de cidadania. A discussão fundamenta-se no papel do Serviço Social junto à população em situação de rua, cuja atuação fundamenta-se em um Código de Ética profissional que atua em consonância com a luta do Movimento Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, na busca incessante pela eliminação de todas as formas de preconceito”.

Abrimos a seção livre com o artigo do autor Luiz Carlos de Souza Junior, intitulado **“Mídia e criminalização dos pobres”**. “O artigo em tela aborda questões relacionadas ao processo de criminalização dos pobres no cenário urbano. A proposta de estudo busca compreender a utilização atual desse panorama, propagado pelos aparelhos midiáticos, que resulta num aviltamento crescente dos direitos humanos da parcela populacional que se encontra nessas condições. Com um debate sobre a concepção gramsciana de hegemonia para compreendermos a construção do ‘outro’ enquanto sujeito ameaçador, bem como a instauração de uma cultura do medo, no cenário urbano, fundamental para a legitimação de ações coercitivas do Estado”.

“Os princípios metodológicos utilizados na APAC de Viçosa MG na busca pela reinserção e reintegração social do apenado” é o tema do artigo do autor Cristiano Viana Marto e da autora Márcia Barroso Fontes. “O estudo analisa os métodos utilizados para reinserção e reintegração social do apenado na instituição. A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) é uma entidade jurídica e social sem fins lucrativos e seu objetivo principal é a proteção do preso e da sociedade civil organizada. A premissa da instituição aponta que o sistema penitenciário comum não é o local adequado para a recuperação dos presos, uma vez que é permeado pela ociosidade, por atitudes e falas violentas, sem rever uma perspectiva de mudança tanto para o preso quanto para a sociedade na qual ele irá retornar após o cumprimento da pena”.

Seguindo a seção livre, temos o artigo **“O uso das tecnologias como ferramenta na expropriação de direitos: um enfoque sobre o ensino remoto na graduação em Serviço Social”**, das autoras Gêssica Tamires da Silva Anselmo e Mônica Barros da Nóbrega. “O artigo aborda o conceito de ‘capitalismo de plataforma’ e sua influência na exploração capitalista, destacando a transformação nos padrões de acumulação e organização do trabalho através das plataformas digitais. O artigo aponta elementos sobre os desafios significativos para estudantes e professores, afetando a vivência acadêmica, as interações e trocas de conhecimento que ocorrem no ambiente presencial, além de estar na contramão do projeto de educação e formação defendido pelo Serviço Social, que preza por um ensino superior democrático, que considere a diversidade social e econômica dos que frequentam a universidade pública”.

O artigo elaborado pelos autores(as) Aurora Maria de Moraes, Wellem Ribeiro da Silva, Marco Túlio Brazão Silva, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e Almeida e Gilmar Ribeiro dos Santos, com o título **“Educação e pandemia: as impressões de docentes de ensino superior sobre as aulas *on-line* (2020-2021)”**, “apresenta como objetivo central, compreender a perspectiva de professores de ensino superior privado com o ensino remoto nos anos de 2020 e 2021, durante o distanciamento social provocado pela pandemia de COVID-19. A conclusão apontada pela pesquisa é que mesmo com o estresse intrínseco ao processo de adaptação, com todas as dificuldades enfrentadas e com todas as preocupações sobre a aprendizagem dos acadêmicos, os docentes perceberam a experiência como um evento que ampliou seus conhecimentos no segmento da comunicação

informatizada e acreditam que a experiência irá impactar, de maneiras diversas, o futuro da educação superior”.

No artigo **“Estado e diversidade humana”**, de autoria de Débora Elita de Sousa Silva, “foi realizada uma análise da diversidade humana sob o Estado democrático burguês. Nesse percurso e por meio da crítica da Economia Política e a ontologia do ser social, identifica-se a dialética entre as relações sociais e produtivas, bem como entre a subjetividade-objetividade; as contradições constitutivas do Estado; e a importância de construir e fortalecer estratégias democráticas com vistas a superar a própria democracia burguesa, pela via do tensionamento da estrutura estatal que negligencia a vivência da diversidade e reproduz violência”.

Contamos também com o artigo **“Política social e capitalismo: nexos históricos e tendências atuais”**, de Cleverton Alves de Sousa e Vania Carvalho dos Santos, que nos “fornece reflexões sobre as políticas sociais, com destaque para as tendências e desafios ante a atual crise do capital. A partir de uma leitura crítico-dialética da realidade, compreendem-se as políticas sociais como uma das mediações adotadas pelo capital para atenuar os conflitos entre as classes, particularizadas pela ação do Estado desde a fase do capitalismo monopolista. Nesse contexto, são constatados o agravamento das desigualdades sociais e a exponenciação da exploração da força de trabalho, que passam a conviver contraditoriamente com medidas de proteção social minimalistas e subfinanciadas, em detrimento de investimentos maciços nas políticas macroeconômicas benéficas ao processo de valorização do capital, cujas implicações afetam sobremaneira a classe trabalhadora”.

Encerrando a nossa seção livre, o artigo intitulado **“Reforma trabalhista e a (re)produção renitente das desigualdades no Brasil”**, de autoria de Reginaldo Ghiraldelli, Isabella Reis Silva, Karollyne Araújo da Costa, Lucas Tenório Soares Carvalho e Thaís Pereira Carvalho, “apresenta reflexões sobre a Reforma Trabalhista, aprovada em 2017, e suas implicações para o desmonte do sistema de proteção social brasileiro. O quadro apresentado revela um processo de desconstrução dos direitos sociais de cidadania e a persistência das desigualdades no Brasil. O que se identifica é que os avanços ou retrocessos dos direitos estão relacionados à conjuntura ideopolítica e econômica e às organizações e resistências coletivas da classe trabalhadora de cada tempo histórico. Conclui-se que a Reforma Trabalhista contribuiu e vem contribuindo para a dilapidação dos

direitos sociais historicamente conquistados pela população brasileira e para a produção e reprodução das desigualdades”.

A edição conta com o texto intitulado **“Anticapacitismo, projeto ético-político profissional do/a assistente social e os desafios da práxis no centro especializado em reabilitação para pessoas com deficiência”**, um relato de experiência de autoria de Anna Beatriz Valentim de Souza, Juciara Gomes de Matos Souza e Bismarck Oliveira da Silva, que “evidencia o princípio do anticapacitismo como elemento basilar na relação entre o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social (PEPPSS) com os desdobramentos da práxis da(o) assistente social desenvolvido no âmbito da reabilitação de pessoas com deficiência. Como principais resultados, a pesquisa evidencia a necessidade de atuação intrinsecamente ligada à luta anticapacitista, sintonizada com o atual debate da categoria acerca do tema, em prol dos interesses da população atendida em tais serviços, fortalecendo ainda mais o debate acerca da importância de um agir profissional praxiológico ético, crítico e de caráter transformativo”.

Por fim, apresentamos o texto **“Introdução ao pensamento de Antonio Gramsci”**, de autoria de Kleiton Wagner Alves da Silva. Trata-se de uma resenha da obra ***Do sul ao Norte: Uma introdução a Gramsci***, da autora Luciana Aliaga. Publicado pela editora Lutas Anticapital, no ano de 2021, “A obra apresenta um total de quatro partes a saber: I) Filosofia da Práxis: Fundadores e Fundamentos; II) Hegemonia, Subalternidade e Estado Integral; III) Os intelectuais e o Moderno Príncipe; e IV) Revolução Passiva e Desenvolvimento Capitalista. O diálogo que Aliaga mantém com Gramsci e seus interlocutores torna-se basilar para o desvelamento dos problemas sociais, dos conflitos de classes e do entendimento da sociabilidade capitalista especialmente em formações econômico-sociais dependentes, que necessitam de investigações e reflexões sobre especificidades locais, das quais o livro de Aliaga torna-se uma ferramenta necessária”.

A referida resenha encerra esta edição da revista *Serviço Social em Perspectiva* (volume 7, número 2), na certeza de que a produção de conhecimento só faz sentido ao ser compartilhada. E, desse modo, ao tornarmos pública e divulgarmos os resultados das atividades de pesquisas científicas realizadas e organizadas neste número, cumprimos uma das principais funções deste periódico.

Considerando o exposto, esperamos contribuir com o processo de elaboração de novos questionamentos, na construção de novos problemas de pesquisa, que, após os estudos e

problematizações, conseqüentemente, apresentarão também novos resultados. Este movimento que é sempre dialético tem como objetivo provocar não apenas a análise por si só, mas também a **compreensão e apreensão da realidade social complexa e de forma processual**.

Ao longo da história de existência de nossa revista, contamos com a generosa contribuição e apoio de pareceristas de várias regiões do país e de diversas instituições, agradecemos a vocês pela parceria de sempre. Recebam do corpo editorial desta Revista, o nosso respeito e admiração.

Estimadas(os) autoras(es), agradecemos a confiança em nosso trabalho. Sentimo-nos privilegiadas com escolha de submissão dos textos neste periódico. Nosso objetivo é que os diferentes textos sejam amplamente lidos e analisados, seja dentro ou fora do país. Este movimentocria possibilidades de disseminação dos trabalhos publicados em cada edição.

A vocês, queridas leitoras e queridos leitores, apresentamos um número de fundamental importância, não apenas pelo tema central, mas pelas contribuições as quais agregam significado para a profissão do Serviço Social e áreas afins. A todos vocês o nosso muito obrigada; desejamos uma excelente leitura!

Assim, seguimos na certeza de que, mesmo em tempos obscurantistas, jamais nos faltará coragem, música e poesia. E, para dizer um até breve, nos despedimos com as "vozes" de Eduardo Galeano e Milton Nascimento: "Mesmo que não possamos adivinhar o tempo que virá, temos ao menos o direito de imaginar o que queremos que seja".

*"Quero a utopia, quero tudo e mais
Quero a felicidade dos olhos de um pai
Quero a alegria muita gente feliz
Quero que a justiça reine em meu país
Quero a liberdade, quero o vinho e o pão
Quero ser amizade, quero amor, prazer
Quero nossa cidade sempre ensolarada
Os meninos e o povo no poder, eu quero ver
São José da Costa Rica, coração civil
Me inspire no meu sonho de amor Brasil
Se o poeta é o que sonha o que vai ser real
Bom sonhar coisas boas que o homem faz
E esperar pelos frutos no quintal
Sem polícia, nem a milícia, nem feitiço, cadê poder?
Viva a preguiça, viva a malícia que só a gente é que sabe ter
Assim dizendo a minha utopia eu vou levando a vida
Eu viver bem melhor
Doido pra ver o meu sonho teimoso, um dia se realizar."
Milton Nascimento e Fernando Brant: Coração civil
(Nascimento, 1988).*

Que chegue a primavera!

Universidade Estadual de Montes Claros, 20 de setembro de 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO; Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BARROCO; Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

GALEANO, Eduardo. El derecho al delirio. *William Santos*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5wD9mxn45nc>. Acesso em: 10 set. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico metodológica. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MOTA, Ana Elizabete. **40 Anos da virada do Serviço Social no Brasil**: lições edesafios. In: MEDEIROS E.; NOGUEIRA L; BEZERRA L. (org.). *Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate*. São Paulo: Outras Expressões, 2019. p. 167-177.

MÉSZÁROS, István. **Século XXI**: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2006.

NASCIMENTO, Milton. Coração Civil. In: **OURO e cobre**. Intérprete: Milton Nascimento. São Paulo: RCA Victor, 1988.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**: Um estudo preliminar sobre a categoriateórica e sua apropriação pelo serviço social. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleções biblioteca básica do Serviço Social).